

AMBIENTE E EMPREGO LONGE DA SINTONIA

João de Quinhones Levy (*)

As conclusões da cimeira Europeia para o emprego, realizada no passado ano no nosso País, evidenciaram o falhanço das políticas laborais na Europa, verificando-se que os países da Comunidade mantêm teimosamente as práticas proteccionistas, assentes numa legislação arcaica e inadaptaada aos actuais mercados mundiais.

A política Nacional de Ambiente que este Governo está a seguir, é bem demonstrativa destas práticas. Analisando as decisões que este Governo tem tomado nesta área vemos que, mais uma vez, se perde uma oportunidade para desenvolver o tecido empresarial português. A política nacional actual é um retrocesso às políticas estatizantes e centralistas do antigamente. Apesar de há muito se ter concluído que os serviços públicos são uns sorvedores do Orçamento do Estado e que grandes empresas públicas se tornam rapidamente elefantes brancos, este Governo esquece a história passada.

De uma visão municipal descentralizada, investindo nas regiões e nos municípios como forma de desenvolver o País, com património e finanças próprias e atribuições bem explícitas na gestão dos sistemas de saneamento básico, passou-se a uma política centralizadora. De uma chamada aos privados para colaborarem na gestão dos sistemas de saneamento básico passou-se a uma gestão pública e monopolista. Gradualmente, passo a passo, a Administração Central, passou a controlar os principais sistemas nacionais de Saneamento Básico. Aos municípios cabe agora apenas um papel: pagar os serviços ao preço que a empresa de capitais públicos detida maioritariamente pelo IPE, definir. Aos privados, apenas financiar. Empresas de engenharia na área de serviços deverão mudar de ramo.

Para que se compreenda o desperdício da oportunidade, recuemos uns anos atrás, a 1993. Nesse ano, o Governo à data alterou a lei de delimitação de sectores que permitiu o acesso dos privados à gestão dos sistemas de água, esgotos e resíduos

(*) Professor no IST

sólidos. A par com tal alteração foi lançado um convite aos privados para participarem e enfrentarem este novo desafio. A resposta empresarial foi altamente positiva, grandes grupos criaram empresas próprias para o mercado das concessões, as multinacionais do sector entraram no País, pequenas empresas Portuguesas alinharam-se e responderam também afirmativamente.

Acreditou-se que a Administração pública abandonava a prática tão enraizada de tudo tentar fazer e de aumentar sempre de peso, a troco de um serviço caro e pouco eficiente. O Estado iria assumir mais a função de agente dinamizador, coordenando e fiscalizando, e deixando para os privados o papel de executante.

Se essa foi a intenção, durou pouco: o peso do aparelho, os altos quadros da Administração, o medo de perder importância e até o papel paternalista, cedo deu um golpe naquelas intenções,

Criou-se artificialmente a divisão dos sistemas de tratamento de água em alta e em baixa e por decreto-lei limitou-se os privados aos sistemas em baixa.

Às empresas de capitais públicos nada foi vedado. Numa primeira fase, contudo, um acordo de cavalheiros estabeleceu os campos de intervenção, todos se recordam certamente da tentativa abortada da EPAL em concorrer ao concurso de Setúbal, impedida pela anterior Ministra do Ambiente.

Foi sol de pouca dura! Como estratagem, criou-se uma nova empresa detida pelo IPE que passou a concorrer em baixa, em concorrência com as empresas privadas.

E como concorrer mesmo assim não é seguro, deu-se mais um passo, criaram-se empresas de águas, esgotos, resíduos sólidos às quais se atribuiu a responsabilidade da gestão destas infra-estruturas, e nas quais os Municípios têm de se integrar sob pena de não verem as suas infra-estruturas financiadas. Não vou aqui listar, pois de uma empresa se passou a mais de três dezenas. A explicação é sempre a mesma, é a única forma de financiar as obras através dos fundos comunitários. Será que é? E mais se pergunta, porquê também a gestão? Porque é que após a construção não se

lança um concurso público de prestação de serviços ou de arrendamento? Porque não se recorre aos privados para gerirem estes sistemas?

Porque será que o Estado não assume as funções que lhe são devidas e que só ele pode assumir? Quem defende o consumidor, se não houver uma entidade reguladora independente das entidades gestoras? Não se diga que esta existe e que já foi criada, pois que sendo o Instituto Regulador nomeado pelo Estado e sendo este, também, o detentor das empresas de capitais públicos, não se vê como o mesmo dono pode assumir em simultâneo as duas funções. Uma situação bem mais fácil e transparente seria, sem dúvida, o Estado estar fora da gestão, atribuí-la aos privados e manter-se como entidade fiscalizadora.

Os consumidores teriam assim a certeza de que os preços dos serviços resultariam da concorrência entre empresas na fase de concurso, que a qualidade dos serviços era directamente controlada pelos municípios a que pertenciam e cujos autarcas teriam todo o interesse em ter uma postura de defesa do cidadão em vez de terem de defender a empresa gestora de que o município é sócio.

À defesa destas ideias segue-se a acusação de se estar a fazer o jogo das empresas estrangeiras, como estando a abrir-lhes as portas, enquanto que o IPE com a sua prática está a defender os Portugueses. Trata-se certamente de uma visão redutora. Uma empresa portuguesa ao associar-se a empresas estrangeiras mantém-se no mercado, adquire conhecimentos, cria empregos e pode participar num mercado onde a sua experiência é pequena.

Com a prática do IPE impede-se que apareçam novas empresas, não se contribui para o desenvolvimento das existentes, não se criam tecnologias nacionais. Apenas se faz engordar uma empresa pública, que atingirá um valor tal que, posteriormente, só poderá ser vendida a grandes grupos estrangeiros, pois só eles terão capacidade para a adquirir. A comparação com o que se passou com a Banca e com os Seguros é bem esclarecedora do que se irá passar com a Indústria do Ambiente em Portugal.

Voltando à cimeira do Ambiente, cujas conclusões foram assinadas por Portugal, nela foi formulado um compromisso visando o dinamismo económico e a criação de

emprego – mas não à custa do estado, pelo contrário! O artigo que José Maria Aznar, Presidente do Governo de Espanha, e Tony Blair, Primeiro-ministro da Grã-Bretanha, fizeram publicar em jornais de países da Comunidade Europeia é bem esclarecedor: “O papel dos Governos modificou-se, não devem cair no dirigismo, nem tão pouco substituir o mercado. Não devem interferir nas decisões comerciais, nem impor pesados regulamentos económicos e sociais”.

Em termos das políticas do Ambiente e do Emprego apenas posso solicitar ao Senhor Primeiro Ministro e ao Senhor Ministro do Ambiente, que seja dado seguimento às conclusões da cimeira.

Lisboa, 9 de Março de 2001